


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 10 de setembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **João Battaues Neto**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Deives Moura Leite, digitei.

Processo nº: **1004911-97.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel**  
 Requerente: **Maria Milza de Jesus Silva**  
 Requerido: **Silvio Luiz Ferreira Amendola de Toledo Silva**

Justiça Gratuita

**SENTENÇA**

Vistos

**MARIA MILZA DE JESUS SILVA**, já qualificado, ajuizou a presente **AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C.C. COBRANÇA** contra **SILVIO LUIZ FERREIRA AMENDOLA TOLEDO SILVA**, também qualificado, aduzindo na inicial, em síntese, que: a) a autora locou para o requerido o imóvel especificado na inicial; b) o requerido não vem honrando o pagamento dos aluguéis explicitados na inicial; c) requer a procedência do pedido, com a rescisão do contrato de locação, decretação do despejo e condenação no pagamento dos aluguéis constantes da inicial e os vencidos.

Inicial instruída com documentos.

Regularmente citado (fls. 115), o requerido deixou transcorrer "in albis" o prazo para contestação, bem como não foi requerida a purgação da mora, como certificado a fls. 119.

Em síntese, o relatório.

Fundamento e decidido.

O pedido merece procedência.

Viável o julgamento antecipado da lide com fundamento no artigo 355, II do Código de Processo Civil.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

Com efeito, a revelia do requerido conduz de forma incontornável ao reconhecimento da veracidade dos fatos aduzidos na inicial, confirmando a mora contratual em que incorre o locatário.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial para o fim de rescindir o contrato de locação, deixando de decretar o despejo em face da desocupação do imóvel, condenando-o, ainda, ao pagamento dos valores referentes aos aluguéis e encargos não honrados, constantes da inicial e os vincendos (até junho/18, quando admitiu-se o ingresso da autora no imóvel – fls. 85) arcando o requerido com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor do débito atualizado.

Após o trânsito em julgado será examinada a questão que envolve o destino a ser dado aos bens deixados no imóvel.

P.I.

Araraquara, 10 de setembro de 2018.

**João Battaús Neto**

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)